

Letícia Ribeiro Arcos

Narrativas de mulheres sobre a maternagem no campo da violência conjugal

Uberlândia

2023

Leticia Ribeiro Arcos

Narrativas de mulheres sobre a maternagem no campo da violência conjugal

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Tachibana

Uberlândia

2023

Letícia Ribeiro Arcos

Narrativas de mulheres sobre a maternagem no campo da violência conjugal

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Tachibana

Banca Examinadora

Uberlândia, 22 de novembro de 2023

Profa. Dra. Miriam Tachibana
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Juçara Clemens
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Máira Bonafé Sei
Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR

UBERLÂNDIA

2023

Agradecimentos

Em meio à pandemia de Covid-19, enfrentei diversos desafios para dar continuidade ao curso de graduação em Psicologia, dentre eles, a perda do meu pai em um acidente de bicicleta no ano de 2021. Aprendi com ele, que nos deixou fazendo o esporte que mais gostava, a me permitir aproveitar os processos e fases da vida e viver “um dia após o outro”, frase que ele mesmo sempre me falava. Essa frase me guiou por muito tempo, principalmente durante o desenvolvimento dessa pesquisa e no decorrer da graduação depois da sua partida e me guia até hoje. Por isso, começo agradecendo em especial a ele, à minha mãe e a toda minha família que, acima de tudo, foram os responsáveis por eu ter a oportunidade de ingressar em uma universidade pública e de qualidade. Sem o esforço e o incentivo de meu pai, minha mãe e meus familiares, hoje não estaria concluindo a graduação e muito menos tendo a possibilidade de desenvolver uma pesquisa com tanta importância social. Obrigada pelos incentivos, elogios e pela força que sempre me passaram, para que eu seguisse sempre corajosa!

Agradeço também à própria universidade, por ter aberto tantas oportunidades e mudado meu jeito de pensar sobre as questões que nos atravessam diariamente. Ao Instituto de Psicologia, pela estrutura e competência, que me ofertou a vivência da clínica, área de atuação que pretendo seguir depois de me formar, e também agradeço em especial às professoras Miriam e Juçara, que me orientaram e supervisionaram, respectivamente, para essa pesquisa e no estágio que realizei durante três períodos da graduação. Destaco a compreensão, carinho e cuidado de cada uma delas, que foram pilares para que eu me desenvolvesse cada vez mais sensível para as questões humanas que trabalhamos tão arduamente nesse período em que estivemos juntas. Vocês me inspiram enquanto mulheres e profissionais. Obrigada por fazerem com que eu me apaixonasse pela Psicanálise!

Um agradecimento também ao meu companheiro que sempre me acolheu em momentos de insegurança durante o desenvolvimento dessa pesquisa e da graduação, que sempre me

ouviu, me apoiou e me lembrou o quão importante e linda foi minha trajetória e meu trabalho até aqui, me colocando para cima sempre que precisei. Aos meus amigos, de Rio Claro e de Uberlândia, que foram meu porto-seguro também em diversos momentos, tornando a jornada universitária mais leve e divertida e me mostrando que, independentemente da distância física, laços reais se mantêm!

E por fim, um agradecimento a todas as mulheres que participaram desse estudo. Às profissionais da OSC em questão, através da qual a pesquisa foi viável, que me acolheram com respeito e me mostraram um pouco sobre como é trabalhar com a temática da violência em uma instituição pública, às mulheres que responderam aos meus chamados, mas que, por estarem fragilizadas, não chegaram a realizar as entrevistas ou não permitiram a divulgação dos resultados dela, e àquelas que efetivamente estão presentes nessa pesquisa - Susana, Maria, Taya, Hermelinda e Dora. Obrigada pela confiança e abertura, por me permitirem conhecer a história e a vivência de vocês. Sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Resumo

Neste estudo, buscamos compreender como a violência conjugal afeta a maternagem de mulheres, que, devido à idealização e à naturalização da maternidade, que se configuram por sua vez em outra forma de violência de gênero, são socialmente cobradas a cuidarem dos filhos, independentemente de suas histórias pessoais. Assim, objetivamos investigar a experiência emocional das mulheres-mães que enfrentam o desafio de serem vítimas de violência conjugal e de serem as principais cuidadoras dos filhos oriundos desses relacionamentos violentos. Realizamos cinco entrevistas psicanalíticas, mediadas pela apresentação de uma narrativa interativa. Após cada entrevista, foi redigida uma narrativa transferencial pela entrevistadora. O conjunto das narrativas transferenciais e dos desfechos das narrativas interativas foi analisado psicanaliticamente e organizado segundo a Teoria dos Campos. Foram identificados três campos, intitulados "Um é pouco, dois é bom e três é demais", "Filho de peixe peixinho é" e "Amor é só de mãe". O primeiro descreve uma tendência das participantes em focar exclusivamente em seus filhos ou em seus ex-maridos, evidenciando o temor de integrar as experiências da conjugalidade violenta e da parentalidade. O segundo revela a incapacidade de algumas mulheres de distinguir seus filhos de seus ex-cônjuges, vistos por vezes de modo indiscriminado. O terceiro descortina que as mulheres-mães vulneráveis recorrem a outras figuras femininas, frequentemente maternas, para apoiar sua maternagem diante da dissolução conjugal e das demandas parentais. Espera-se, a partir desse estudo, contribuir na atenção psicológica que é dedicada às mulheres-mães vítimas de violência conjugal, que não raro recaem em intervenções revitimizantes.

Palavras-chave: maternagem; violência conjugal; relação materno-filial; psicanálise.

Abstract

In this study, we try to understand how marital violence affects the mothering of women who, due to the idealization and naturalization of motherhood, constitute another form of gender violence, which are socially required to take care of their children, regardless of their personal stories. Therefore, we aim to investigate the emotional experience of women-mothers who face the challenge of being victims of marital violence and of being the main caregivers of children arising from these violent relationships. We conducted five psychoanalytic interviews, mediated by the presentation of an interactive narrative. After each interview, the interviewer wrote a transference narrative. The set of transference narratives and the outcomes of the interactive narratives were psychoanalytically analyzed and organized according to the Field Theory. Three fields were identified, entitled: “Two is company, three is a crowd”; “Like father like son”; “Love only from mother”. The first one describes a tendency from the interviewed to focus exclusively on their children or their ex-husbands, highlighting their fear of integrating the experiences of violent conjugality and parenthood. The second one reveals the inability of some women to distinguish their children from their ex-spouses, who, sometimes, seen in an indiscriminated way. The third one shows that vulnerable women-mothers turn to other female figures, often maternal, to support their mothering in order to face marital dissolution and parental demands. It’s expected, from this study, to contribute to the psychological care provided to women-mothers, who are victims of domestic violence, which often receive revictimizing interventions.

Keywords: mothering; marital violence; maternal-filial relationship, psychoanalysis.

Sumário

I. Introdução	1
II. Método	4
III. Resultados e Discussão	7
IIIa. Campo 1: “Um é pouco, dois é bom, três é demais”	8
IIIb. Campo 2: “Filho de peixe, peixinho é”	13
IIIc. Campo 3: “Amor é só de mãe”	19
IV. Conclusão	27
V. Referências	29
VI. Anexo 1	34

I. Introdução

Na obra do psicanalista inglês Donald W. Winnicott vemos expressiva referência à família, dada a compreensão do autor de que a família constitui um grupo natural primário que não apenas influencia no desenvolvimento emocional da criança, isto é, em suas tendências para a organização da personalidade individual, mas, também, indiretamente, nos grupos sociais que vierem a ser compostos por ela enquanto indivíduo (Winnicott, 1958/2005). Assim, segundo a lógica winnicottiana, o ambiente familiar desempenha papel importante na constituição psíquica, seja nas ocasiões em que ele consegue constituir-se enquanto espaço acolhedor, que representa cuidado e refúgio, seja naqueles em que ele retrata uma outra face da moeda. Afinal, a depender das relações interpessoais entre os seus integrantes, o ambiente familiar pode configurar-se como um campo dos mais variados conflitos, repleto de desamor e de violência, representando mais um fator de risco que pode deixar marcas traumáticas na vida dos sujeitos do que num fator de proteção (Baluta & Moreira, 2019).

Pode-se pensar que o ambiente familiar se revela um fator de risco nos casos de violência intrafamiliar, motivo pelo qual tal fenômeno tem sido alvo de tanta atenção por parte dos profissionais de Psicologia, em especial no que tange ao sofrimento emocional das vítimas, cujas relações afetivas dentro e fora do seio familiar podem ser impactadas (Reis, Prata, & Parra, 2018). Vemos, desse modo, um estudo dedicado ao fenômeno da violência perpetrada pelos pais contra seus filhos, através da violência física, psicológica, sexual ou negligência (Patias, Bossi, & Dell’Aglío, 2014), bem como uma pesquisa sobre a violência conjugal, geralmente cometida pelo homem em relação à mulher (Costa, 2013). Notamos, desse modo, que, na literatura especializada, há maior enfoque sobre as vítimas diretas da violência intrafamiliar, prevalecendo estudos sobre o sofrimento emocional das crianças vítimas diretas da violência parental e das mulheres vítimas diretas da violência conjugal.

Alguns estudos, contudo, têm apontado que, mediante a cena da violência conjugal, os filhos também seriam vítimas, mesmo que silenciosas, dessa dinâmica parental violenta (Costa, 2013). Dentre eles, podemos citar o estudo de Howell, Barnes, Miller e Graham-Bermann (2016), segundo o qual crianças e adolescentes expostos à violência entre os pais têm maior probabilidade de apresentarem consequências físicas, psicológicas e sociais, além de dificuldades no desenvolvimento cognitivo e desempenho escolar.

Para além do impacto da violência conjugal sobre os filhos do casal, há também estudos, tal como o estudo de Krebs (2015), segundo o qual a violência conjugal pode não apenas acarretar em prejuízos na saúde física e psicológica da mulher enquanto mulher, mas, também, em danos em sua vivência enquanto mãe. É possível que a qualidade da maternagem fique comprometida em ambientes domésticos violentos, com as mulheres vítimas de violência não conseguindo nutrir um relacionamento “adequado” com os filhos devido aos conflitos vividos no campo da conjugalidade violenta. Isso ocorre porque, como bem pontuam Justino, Cotonhoto e Nascimento (2017), há uma interdependência das relações conjugais sobre as relações parentais, com os sentimentos vivenciados na díade conjugal influenciando diretamente os sentimentos vivenciados nas relações parentais. Tal fenômeno, que tem sido denominado *spillover* - o que, traduzido do inglês, significa “transbordamento” - versa justamente sobre o transbordamento do subsistema conjugal para o subsistema parental, de modo que as relações conjugais satisfatórias tendem a conduzir ao bem-estar das relações parentais e, num avesso, as conflituosas e insatisfatórias podem levar os pais a se apresentarem menos disponíveis e mais agressivos para com seus filhos (Justino, Cotonhoto, & Nascimento, 2017).

Desde essa perspectiva, é possível nos questionarmos se a violência conjugal não deixa marcas negativas na relação materno-filial. Como é experienciada a maternagem das crianças que, por vezes, representam, para a mulher vitimada, o fruto de uma conjugalidade destrutiva

que precisou ser dissolvida de modo igualmente disruptivo? Como se encontram psicologicamente as mulheres, vítimas diretas da violência conjugal, em relação ao convívio de seus filhos, vítimas indiretas dessa dinâmica conjugal violenta e também afetados por ela?

Mediante o exposto, no presente trabalho, ao invés de focalizarmos nos danos psíquicos da violência conjugal sobre a mulher vítima direta ou nos prejuízos emocionais da violência parental sobre a criança vítima direta, interessamo-nos em investigar as repercussões da violência conjugal na relação materno-filial. Embora saibamos que a parentalidade pode ficar comprometida tanto da parte do pai quanto da parte da mãe, optamos por fazer um recorte focalizando na mulher-mãe, por dois motivos: 1) em geral, é a mulher a principal vítima de violência conjugal; e 2) usualmente, é ela a principal responsável por tutelar, criar e cuidar dos filhos, que por sua vez, foram expostos à violência conjugal e às demais violências a ela associadas.

Entendemos que ambos os motivos, ao final, entrelaçam-se como diferentes espectros da violência de gênero. A violência conjugal configura-se como uma violência de gênero, à medida em que os dados revelam que uma em cada três mulheres já sofreu violência física e/ou sexual por parte de seus parceiros (Organização Mundial de Saúde, 2013). Assim, de acordo com Krebs (2015), na violência entre parceiros íntimos, o que se observa é uma dinâmica relacional atravessada por subordinação, dominação, distribuição desigual de privilégios, de direitos e de deveres, culminando num espaço doméstico atravessado por um regime patriarcal.

De maneira análoga, pode-se pensar que é também esse regime patriarcal que estrutura e mantém uma cultura maternocentrada, que impõe modelos idealizados de maternagem a serem atingidos, ao mesmo tempo em que desvaloriza o trabalho materno (Mendonça, 2021). Nesse sentido, por mais que as noções de papéis sociais femininos e masculinos estejam sendo alvo de transformações sociais, com o homem sendo convocado a se responsabilizar em termos

de co-parentalidade, no Brasil, ainda seria muito desigual a distribuição das obrigações parentais na maioria dos lares (Baluta & Moreira, 2019).

Assim, seria possível pensarmos na naturalização da condição de ser mãe e o endeusamento da figura materna, que acabam culminando numa imposição social para que toda mulher se revele uma boa mãe, independentemente de sua história de vida e de suas condições concretas (Baluta & Moreira, 2019), como uma forma de violência de gênero. Afinal, a individualidade da mulher torna-se coisificada, esperando-se por parte dela um comportamento padronizado, sob o risco de ser julgada de mãe má ou mãe ruim, caso não venha a correspondê-lo. Em meio à sobrecarga, ao cansaço, ao sentimento de culpa, dentre outros, a mulher se vê violentamente atropelada pelo discurso de romantização da maternidade (Mendonça, 2021).

Afinadas à concepção de Baluta e Moreira (2019), para quem o exercício da maternidade é muito mais que um determinismo biológico e social, configurando num fruto da conquista entre mãe e filho, somado à cooperação dos demais integrantes da família e da sociedade, entendemos que se faz necessário nos debruçarmos sobre a experiência emocional de mulheres-mães que vivenciam o duplo desafio da violência de gênero: a de terem sido vítimas de violência conjugal e a de serem as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos frutos desse relacionamento conjugal violento. Assim, no presente trabalho, objetivou-se investigar a experiência emocional de mulheres-mães, vítimas de violência conjugal, em relação à maternagem dos filhos que são fruto dessa conjugalidade violenta.

II. Método

Após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos (CAAE: 67921323.9.0000.5152), realizamos uma pesquisa qualitativa, segundo o método psicanalítico. Contatamos mulheres-mães que haviam solicitado o acompanhamento psicológico de seus filhos numa instituição dedicada a famílias em situação de violência

intrafamiliar, situada no interior de Minas Gerais. Desse modo, a partir da lista de espera de crianças e adolescentes aguardando atendimento psicológico na referida instituição, foram contatadas aquelas mulheres-mães que compreendiam que seus filhos, fruto de uma dinâmica violenta, precisavam de suporte psicológico. Todas as participantes, na ocasião da entrevista, encontravam-se separadas dos pais de seus filhos, considerados os seus agressores, sendo que, com exceção de uma delas, todas elas haviam tido um relacionamento estável com eles. Como forma de mapear as características mais relevantes de cada uma, apresentamos a tabela a seguir:

NOME¹	IDADE	PROFISSÃO	IDADE DOS FILHOS	TIPO DE VIOLÊNCIA SOFRIDA²	QUESTÕES JUDICIAIS
Susana	35	Artesã autônoma	7	Psicológica e moral	Disputa de guarda
Maria	35	Educadora infantil	8	Psicológica e física	Medida protetiva
Taya	49	Cozinheira	29, 14 e 11	Psicológica e física	Disputa de guarda
Hermelinda	42	Enfermeira	9	Psicológica e patrimonial	Disputa de guarda
Dora	36	Balconista de farmácia	5	Psicológica, moral e física	Medida protetiva e disputa de guarda

Para a realização desse estudo, as participantes foram individualmente entrevistadas, sendo que, para facilitar a sua participação, a elas lhe era ofertada a possibilidade de concederem a entrevista presencialmente, numa sala da instituição, ou remotamente, conforme desejassem.

¹ Os nomes das participantes são fictícios, visando assegurar o anonimato, conforme prevê o Código de Ética em Psicologia. Todos os nomes fazem referência a mulheres reais que lutaram contra a violência de gênero na América Latina: Maria da Penha, Hermelinda Tiburcio, Susana Chávez, Taya Carneiro e Dora Coledsky.

² Categorizamos os tipos de violência a partir do Instituto Maria da Penha. Nele estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher, baseados na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Ainda, com o intuito de evitar que essas mulheres tivessem que falar repetidas vezes sobre a violência intrafamiliar, o que teria o potencial de revitimizá-las, algumas das entrevistas contaram com a presença do/a estagiário/a da Psicologia que iria se ocupar do acompanhamento psicológico dos filhos dessas mulheres, de tal modo que algumas entrevistas se configuraram, num só tempo, campo de pesquisa e espaço de triagem. Apesar disso, todas as entrevistas foram guiadas pela pesquisadora.

Independentemente se ocorreram remota ou presencialmente e se foram conduzidas por uma ou por duas pessoas, todas as entrevistas foram realizadas inspiradas no método psicanalítico, que implica no uso das técnicas da associação livre e da atenção flutuante, conforme preconizado por Freud (Coelho & Santos, 2012). Por conta disso, nas entrevistas realizadas, não foi adotado um roteiro estruturado, valorizando a fala espontânea das entrevistadas e a escuta não dirigida da entrevistadora. Mas, a fim de facilitar a associação livre das participantes em direção ao tema de pesquisa, foi feito uso de uma narrativa interativa como recurso mediador-dialógico. Trata-se de uma estratégia metodológica por meio da qual foi apresentada às participantes uma breve história fictícia, associada ao que se queria investigar (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011). A narrativa interativa especialmente elaborada para a realização dessa pesquisa foi a seguinte:

Do lado de fora da escola, enquanto Elisa aguardava a abertura do portão para que seu filho, Lucas, pudesse entrar, ela vê um colega de sala de Lucas aproximando-se junto da mãe dele. Eles caminhavam de mãos dadas, conversando animadamente sobre a festa de aniversário dele que iria ocorrer dali a alguns dias. Elisa ficou lembrando-se das festas de aniversário que ela e o pai de Lucas já haviam preparado para ele, desde que ele nascera. Ficou comovida em pensar como as coisas haviam mudado com o tempo, tanto em seu casamento quanto em sua relação com Lucas. De repente, seus pensamentos foram “interrompidos” com a abertura do portão da escola. Como de costume, Lucas logo gritou que

não queria ir para a aula e começou a se movimentar como se fosse jogar a sua mochila no chão. Nesse momento, Elisa...

Ao final da leitura desta narrativa, as participantes foram convidadas a inventar um desfecho para a história. Em seguida, foram convidadas a associar a história apresentada com as suas próprias dinâmicas familiares, de modo que fosse possível criar um campo de contato entre a narrativa interativa inventada e as experiências de cada participante.

Após a realização de cada entrevista com cada participante, a estudante pesquisadora redigiu uma narrativa transferencial referente àquele encontro, que consiste, segundo Aiello-Vaisberg e Machado (2005), em uma produção textual na qual a personalidade do pesquisador é incluída. Ou seja, nas narrativas transferenciais derivadas das entrevistas não apenas foram descritos os atos e falas das participantes, mas também as reações contratransferenciais suscitadas na entrevistadora durante o encontro, definidas, conforme Roudinesco e Plon (1998, p. 133), como “um conjunto das manifestações inconscientes do analista relacionadas com as da transferência de seu paciente”. No contexto da pesquisa, seria possível dizermos que a reação contratransferencial equivaleria a alguma manifestação da participante que, durante a entrevista, impactou emocionalmente a entrevistadora.

Em seguida, o material de pesquisa, composto pelas narrativas transferenciais elaboradas pela entrevistadora e pelo desfecho inventado pelas participantes em relação à narrativa interativa apresentada, foi analisado psicanaliticamente, à luz da Teoria dos Campos, criada por Fábio Herrmann. Segundo essa teoria, o inconsciente é atravessado por vários campos, os quais, por sua vez, determinam a percepção do indivíduo acerca da realidade externa e, conseqüentemente, o seu modo de se relacionar com ela (Herrmann, 2006). Nesse sentido, no presente estudo, buscamos identificar os campos habitados pelas participantes, dando luz à uma melhor compreensão sobre como as mulheres-mães participantes experienciam a maternagem de seus filhos frutos de uma relação conjugal atravessada pela violência. Depois

disso, uma vez identificados os campos, fizemos uma articulação teórica com a literatura atual sobre violência intrafamiliar e com a literatura psicanalítica, para dialogar com os campos.

III. Resultados e Discussão

A partir da análise psicanalítica das narrativas transferenciais derivadas das entrevistas, foi possível identificar três campos, intitulados: “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, “Filho de peixe, peixinho é” e “Amor é só de mãe”. Cada um deles será discutido minuciosamente a seguir:

IIIa. Campo 1: “Um é pouco, dois é bom, três é demais”

O campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais” refere-se à dificuldade das participantes em falarem espontaneamente, nas entrevistas, sobre seus filhos e os pais deles, havendo uma tendência por parte de algumas delas em falarem apenas de seus filhos e, de outras, de falarem sobretudo de seus ex-maridos. Assim, apesar de a narrativa interativa apresentada versar sobre questões de conjugalidade e de parentalidade, foi possível notar que as entrevistadas focalizavam seus discursos em um ou em outro, como se não houvesse espaço psíquico para falar de maneira integrada sobre os ex-maridos e os filhos que com eles tiveram. Para ilustrar esse campo, podemos aludir a um trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Maria:

Logo no início da entrevista, quando perguntei à participante sobre o motivo dela achar que seu filho necessitava de acompanhamento psicológico, Maria respondeu que queria entender melhor o que estava se passando com o filho. Segundo ela, apesar da criança sempre ter sido calma e responsável, há algum tempo, estava se comportando de maneira “debochada”, seja querendo ser “engraçadinho”, seja sendo “respondão”, se colocando em posição superior às outras pessoas. Apesar de ter se queixado dos comportamentos do filho,

quando apresentei a narrativa interativa para a participante, ela a completou dizendo que seu filho era bastante diferente daquela criança apresentada na história, colocando-o como um menino que não lhe daria esse tipo de trabalho. Em seguida, ela começou a “atenuar” as próprias queixas que havia levantado em relação ao comportamento da criança, ora justificando que talvez fosse algo associado à fase de desenvolvimento, ora atribuindo às más companhias dele na escola, sem, no entanto, associar ao fato de a criança ter testemunhado a violência conjugal que atravessava seus pais, enquanto ainda se relacionavam. Encerramos a entrevista comigo cheia de dúvidas a respeito da relação entre a criança e seu pai (como, por exemplo, por que eles não conviviam mais e se a criança sentia falta do pai), dúvidas essas que eu tampouco tentei sanar, uma vez que tive a impressão contratransferencial de que Maria não queria falar sobre aquele homem, ao qual ela se limitou a descrever rapidamente apenas como “violento e criminoso”.

A partir desse trecho, fica evidente que Maria teve dificuldades de falar sobre o “terceiro” que compunha aquele grupo familiar, não conseguindo falar dele, seja enquanto pai de seu filho, seja enquanto seu ex-marido. Desde essa perspectiva, é como se Maria nos apresentasse uma dinâmica familiar composta apenas por ela e o filho, num campo bipessoal.

Ainda dentro do campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, deparamo-nos com entrevistadas que, num avesso de Maria, discorreram sobretudo sobre os ex-maridos, ao longo das entrevistas, com dificuldade em voltar-se para as crianças. Para ilustrar, apresentamos o trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Hermelinda:

Quando perguntei à Hermelinda por que ela havia solicitado acompanhamento psicológico para a filha, na OSC, ela começou a me descrever detalhadamente sobre a sua relação com o ex-marido, pai de sua filha, o que me deixou um pouco confusa, já que eu esperava que ela fosse me dizer algo de sua filha. Assim, Hermelinda me conta que, quando ela e o pai de sua filha ainda eram casados, tinham problemas de relacionamento devido ao

fato dele fazer uso de drogas e, também, ser viciado em conteúdos pornográficos. Ao mesmo tempo em que ela dizia que entendia que esses comportamentos do ex-marido, tão avessos aos seus valores cristãos, colocavam a filha deles em possível situação de risco, motivo pelo qual eles se encontravam em processo de disputa de guarda, por vezes eu tinha a impressão de que estávamos mais falando desse homem desde o lugar de ex-cônjuge do que desde o lugar de pai, tanto que ela chega a discorrer sobre os problemas sexuais que atravessavam a relação conjugal. De maneira análoga, quando apresentei a narrativa interativa para Hermelinda, me chamou a atenção que ela a completou dizendo rapidamente que daria um abraço bem forte, na filha, caso a mesma situação ocorresse com ela, e, novamente, delongou-se em contar que o ex-cônjuge, diferentemente do da narrativa interativa, não se engajava nas comemorações. Hermelinda falou que, enquanto ela sempre buscava proporcionar uma festa de aniversário para a filha, o ex-marido nunca a ajudava com nada e, por vezes, até brigava com ela; o mesmo, segundo ela, ocorria em outras datas festivas, como o Natal e o ano novo, em que ela ficava junto da filha, enquanto o ex-marido dormia no quarto com a porta fechada.

A partir desse trecho, fica evidente que, por mais que Hermelinda estivesse solicitando acompanhamento psicológico para a filha, sua associação livre voltava-se sobretudo ao ex-marido. Assim, em meio à disputa de guarda que Hermelinda e seu ex-marido estavam vivenciando em relação à filha deles, parecia que havia também uma outra “disputa” psíquica dentro de Hermelinda, que não conseguia discorrer num só tempo sobre conjugalidade e parentalidade.

Embora, num primeiro momento, possa parecer que Maria e Hermelinda fossem bastante distintas entre si, com cada uma voltada mais para o filho ou para o ex-marido, respectivamente, entendemos que ambas apresentam dois lados de uma mesma moeda, dentro do campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, representando emblematicamente a incapacidade de conter dentro de si, de maneira integrada, conteúdos da conjugalidade violenta

e da parentalidade da criança fruto dessa relação. Nesse sentido, é possível pensarmos que o predomínio de um subsistema familiar com relação ao outro, nas falas das participantes, independentemente de qual deles, constitui-se como uma metáfora da incapacidade psíquica de transitar entre conjugalidade e parentalidade e vice-versa.

Na literatura especializada, observamos que muito tem sido debatido acerca da dificuldade emocional de as relações triangulares (pensando num núcleo familiar composto pelos genitores e um filho) serem sustentadas após a dissolução conjugal. Casos como o de Maria e de Hermelinda, em que o pai da criança é excluído ou, num extremo oposto, é conflituosamente supracitado, a ponto de a criança ficar “esquecida”, têm sido debatidos à luz do termo “alienação parental”. De acordo com a ótica do Direito, a alienação parental:

Trata-se de uma prática instalada no rearranjo familiar após uma separação conjugal onde há filho (s) do casal. Os transtornos conjugais são projetados na parentalidade no sentido em que o filho é manipulado por um de seus genitores contra o outro, ou seja, é “programado” pelo ente familiar que normalmente detém sua guarda para que sinta raiva ou ódio pelo outro genitor. Normalmente, o genitor alienador lança suas próprias frustrações no que se refere ao insucesso conjugal no relacionamento entre o genitor alienado e o filho comum. O objetivo do alienador é distanciar o filho do outro genitor. Isso se dá de diversas formas, consciente ou inconscientemente (Simão, 2008, p.14).

No campo da Psicologia, o fenômeno da alienação parental também tem sido amplamente debatido. Próchno, Paravidini e Cunha (2016), por exemplo, pontuam que realmente, não raro, no contexto de dissolução conjugal, as crianças, que advém do que um dia já foi uma união, podem ser vistas meramente como instrumentos de vingança, por uma das partes, não havendo sobre elas a devida consideração pelos seus direitos, dentre os quais, o direito de uma boa convivência familiar com ambos os genitores, independente de seus desencontros.

Alguns autores, contudo, dentre os quais podemos citar Therense, Oliveira, Neves e Levi (2017), entendem como problemática a lei da alienação parental, pontuando que ela vem

sendo aplicada de maneira acrítica, pautando-se mais no exame das características pessoais isoladas ou os aspectos psicológicos dos envolvidos, sem levar em consideração os jogos de força e de poder social que atravessam as relações de gêneros. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Brito (2002) pontua que, como em geral, são as mulheres que ficam responsáveis pelo cuidado dos filhos, ocupando-se da parentalidade deles quase de modo exclusivo, não é de se estranhar que, por vezes, algumas delas sejam atravessadas pela dúvida a respeito da capacidade dos homens de ofertar um cuidado satisfatório aos filhos, sem a sua presença (Oliveira, 2003; Sousa & Samis, 2008). Nesse sentido, o pedido delas de intervenção judicial equivaleria mais a uma tentativa de salvaguardar um espaço que a elas lhe foi delegado do que a uma estratégia de perversamente excluir os pais do convívio em relação às crianças, o que não deixaria de ser resultado de práticas discursivas machistas que sustentam a cultura maternocentrada (Therense et al., 2017).

Retomando os trechos das narrativas transferenciais derivadas das entrevistas com as mulheres-mães desse estudo, entendemos que seria problemático, então, considerá-las mães alienadoras, seja judicialmente ou psiquicamente, como se se tratassem de mulheres que perversamente estivessem excluindo os pais de seus filhos ou deixando de enxergar as necessidades dos próprios filhos. Compreendemos, a partir do campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, que as participantes revelaram sofrimento radical, que, como sabemos desde a teorização kleiniana, não raro leva o indivíduo a se relacionar com o outro aos moldes da posição esquizo-paranóide³ (Klein, 1932/1997).

³ Segundo o conceito kleiniano, a posição esquizo-paranóide equivale a uma fase inicial do desenvolvimento emocional, em que o bebê, dado o seu ego primitivo, relaciona-se com o mundo em termos de objetos parciais, não tendo condições de perceber sofisticada e integradamente os elementos amorosos e destrutivos dos objetos, bem como os seus próprios impulsos amorosos e hostis. Desse modo, a partir de uma percepção cindida, o bebê divide o objeto em objeto bom e objeto mau, o que, no contexto da mãe enquanto objeto primário, figura em termos de seio bom e de seio mau (Klein, 1932/1997).

Entendemos ainda que seria simplista analisarmos kleinianamente o fenômeno da alienação parental como se se tratasse de um genitor se colocando como seio bom e localizando o outro enquanto seio mau. Mais do que observamos uma movimentação das mulheres em impor que a criança se posicione ao lado de apenas um dos genitores, representantes do seio bom ou do seio mau, deparamo-nos, a partir do campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, com uma movimentação das mulheres em cindir dentro de si os ex-cônjuges violentos dos filhos que com elas elas tiveram, como se tentassem divorciar a experiência da conjugalidade violenta da experiência de maternagem, provavelmente devido ao sofrimento psíquico decorrente da situação de violência conjugal. Desde essa perspectiva, mais do que essas mulheres entenderem que os filhos não poderiam contar com ambos os genitores, como se dois genitores fossem demais, comunicaram que o que fica excessivo para elas é olhar ao mesmo tempo para os dois, isto é, o ex-cônjuge violento e criança fruto dessa conjugalidade violenta.

Corbett (2014), a partir de atendimentos prestados a oito mulheres-mães vítimas de violência conjugal, pôde observar que, não raro, uma das estratégias defensivas por elas adotada era a dissociação. Contudo, em seu trabalho, ela nota que a dissociação que era operada pelas participantes era no sentido de discriminar o “lado bom” e o “lado mau” do autor da violência, divorciando, dentro de si, os elementos bons e ruins daquele homem que lhes havia agredido. Na presente pesquisa, contudo, observamos um movimento dissociativo diferente em nossas participantes, com elas cindindo, dentro de si, os homens agressores e os filhos fruto dessa relação conjugal violenta. Vemos, de todo modo, que, o sofrimento radical da violência conjugal tende a estar associado a estados dissociativos (Aiello-Vaisberg, 2009).

IIIb. Campo 2: “Filho de peixe, peixinho é”

O campo “Filho de peixe, peixinho é” refere-se à dificuldade de algumas participantes em discriminarem o filho, fruto da relação conjugal violenta, do ex-cônjuge violento, havendo

uma tendência em discorrer sobre o primeiro à imagem e semelhança do segundo. Assim, se no campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, algumas das mulheres-mães comunicaram uma cisão entre os subsistemas parental e conjugal, no campo vigente, observamos uma sobreposição de um sobre o outro, com pai e filho sendo vistos de forma embaraçada e indiferenciada. Para ilustrar, apresentamos o trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Taya:

Após me apresentar à Taya e explicar o objetivo da pesquisa, fiquei aguardando que ela se apresentasse para mim. No entanto, ela logo começou falando sobre a sua relação com seu filho de 14 anos, o único dos três que ela havia solicitado que fosse acompanhado em psicoterapia na OSC em questão. Taya me diz que, apesar de ter sido o seu filho quem a protegesse das agressões sofridas pelo ex-marido, na ocasião em que o casal ainda estava junto, na atualidade, ele não respeitava a sua autoridade e que, por esse motivo, brigavam bastante. Por vezes, segundo ela, as brigas se tornavam grandiosas a ponto de suas duas outras filhas terem que separá-los. A participante me relata que o filho teria aprendido com o pai a desrespeitá-la; o ex-cônjuge teria incutido ideias na cabeça do menino sobre ela, de forma que ele não permitia que a mãe se relacionasse com outros homens, não a deixando “seguir sua vida em paz”, manifestando ciúmes dela. Enquanto realizava essa entrevista, pude notar que Taya de fato parecia não se sentir confortável em sua própria casa, já que ela me conta que procurava ficar o máximo de tempo possível fora de casa e, quando retornava para casa do trabalho, logo tomava remédios para dormir cedo. Tive a impressão de que o único momento em que o discurso de Taya sobre o filho se atenuava foi quando ela me relatou que, às vezes, o ex-marido volta a morar na casa dela, que está no nome dos dois, por alguns meses, quando briga com as outras mulheres com as quais se relaciona. Nesses momentos, segundo Taya, o filho fica mais obediente, chegando inclusive a não se incomodar a lavar a louça (fato que ele

se recusa a fazer, na ausência do pai, dizendo tratar-se de “coisas de mulher”). Nessa hora, Taya diz que o filho “ainda é um menino bom”.

A partir desse trecho, fica evidente que Taya faz uma assimilação entre seu filho e seu ex-marido agressor, trazendo-se enquanto uma mulher que se sente vítima de violência doméstica. Diferentemente do que ocorria, contudo, na ocasião em que ela ainda se encontrava casada e no qual seu marido era tido como agressor e o filho era concebido como o salvador, Taya experiencia, na atualidade, o filho como figura agressora.

Seria possível, num primeiro momento, pensarmos que essa justaposição entre o filho e o marido decorra efetivamente de o menino apresentar-se de maneira similar ao pai, com o menino inspirando-se no pai violento como a sua principal figura masculina. Existem, inclusive, estudos que apontam a cronificação da violência, discorrendo que comumente crianças e adolescentes expostos a situações de violência conjugal podem vir a reproduzir os mesmos comportamentos violentos (Silva, Estrela, Magalhães, Gomes, Pereira, Carneiro, Cruz, & Costa, 2022), não sendo incomum meninos que tiveram pais violentos virem a se tornar homens violentos.

Por vezes, inclusive, a adoção de comportamentos violentos pode decorrer da identificação da criança/do adolescente em relação à vítima direta, uma vez que crianças e adolescentes bastante íntimos da vítima direta e do cenário violento (Youngstrom, Weist & Albus, 2003; Purugganan, Stein, Silver, & Benenson, 2003) podem ter manifestações contraditórias, adotando para com ela paralelamente comportamentos protetivos e violentos. Como assinalado por Youngstrom, Weist e Albus (2003) e Purugganan, Stein, Silver e Benenson (2003), a linha que separa os jovens vítimas diretas da violência, os jovens perpetradores e aqueles que testemunham a violência, é tênue, sendo comum a sobreposição dos papéis assumidos pelo adolescente. De fato, vemos que o filho de Taya parecia já ter ocupado o lugar de salvador para a mãe e, naquele momento da entrevista, parecia alternar entre

ser o agressor ou aquele que testemunhava as agressões cometidas pelo pai, quando ele retornava temporariamente para casa.

Alguns estudos, inclusive, compreendem que essa repetição da violência entre diferentes gerações da mesma família estaria associada, mais do que à exposição de comportamentos que são espelhados, a uma transmissão psíquica desestruturante entre as gerações, isto é, à transgeracionalidade. Segundo Nicolas Abraham e Maria Torok (1995), precursores dos estudos psicanalíticos sobre transmissão psíquica entre gerações, sujeitos traumatizados podem vir a fazer uso de defesas extremas, a fim de manter longe da consciência e dos afetos tais acontecimentos dolorosos e potencialmente desorganizadores do psiquismo. Tratam-se, assim, de sujeitos criptóforos, que mantêm encriptados, em seu psiquismo, os conteúdos traumáticos.

O conteúdo encriptado, contudo, carente de transcrição transformadora (Trachtenberg, 2017), pode vir a ser transmitido para a geração vindoura, atravessando o psiquismo e invadindo-o violentamente, numa passagem direta de formações psíquicas de um sujeito a outro, de uma geração a outra, sem preservação dos espaços subjetivos ou intersubjetivos, no oposto do que se esperaria nas transmissões psíquicas estruturantes (Trachtenberg, 2017). Essa seria uma outra maneira de compreender porque crianças atravessadas pela conjugalidade violenta do casal parental eventualmente tornam-se indivíduos adultos que reencenam uma dinâmica conjugal violenta.

Entendemos, contudo, que, independentemente se o filho de Taya manifestava-se de modo violento à luz de comportamentos assimilados do pai e/ou de herança transgeracional, se faz necessário também um olhar sobre a (in)capacidade de Taya de perceber o seu filho de maneira descolada de seu ex-marido agressor. Algo que nos chama a atenção é que a participante parece conseguir ver elementos amorosos no filho quando o agressor originário se presentifica concretamente; nos momentos em que ele se faz ausente, é como se o filho ficasse

encarnado nesse lugar de agressor. Em outras palavras, Taya parece ser capaz de ver o filho como ele mesmo diante da presença física do ex-cônjuge, valorizando inclusive a conduta do garoto, mostrando-se incapaz de vê-lo indiscriminado do ex-marido à medida em que, na ausência deste último, é ele quem encarna a figura agressora em si mesmo para ela.

A partir daí, seria possível pensarmos que Taya comunica, desde o campo “Filho de peixe, peixinho é”, um transbordamento entre o subsistema conjugal e o subsistema parental, vale dizer, o *spillover*. Conforme descrito previamente, observa-se que há uma interdependência das relações conjugais sobre as relações parentais, com os sentimentos vivenciados na díade conjugal influenciando diretamente os sentimentos vivenciados nas relações parentais. Seria possível, entretanto, haver, mais do que uma interdependência, um transbordamento do subsistema conjugal para o subsistema parental, com as questões da conjugalidade sobrepondo-se sobre as questões parentais (Justino, Cotonhoto, & Nascimento, 2017).

Desde essa perspectiva, Taya revela que, diferentemente das participantes citadas no campo “Um é pouco, dois é bom, três é demais”, é capaz de falar, na entrevista, tanto de seu ex-marido agressor quanto de seu filho fruto dessa relação conjugal violenta, discorrendo sobre os dois subsistemas familiares (conjugal e parental). Por outro lado, ao falar dos dois, Taya parece indiscriminar um do outro, como se um estivesse adesivado ao outro.

Outras participantes também se trouxeram atravessadas pelo campo “Filho de peixe, peixinho é”. A seguir, apresentamos trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Susana:

Susana, uma mulher negra, me conta que conheceu o pai de sua filha, um homem branco, através de um aplicativo de relacionamento e que haviam tido um único encontro casual. Quando descobriu-se grávida, Susana disse que o procurou, mas que a resposta que obteve dele foi a de que ela abortasse. A participante me conta, então, que decidiu ser mãe solo

e que, desde o nascimento de sua filha, sofrera preconceito racial, devido ao fato de a menina ser branca, ter olhos claros e cabelos loiros, tal como o pai. Susana conta que, apesar da criança ser fisicamente bastante parecida com o pai, quando ela foi procurá-lo, aos cinco meses de idade da filha, para pedir que ele reconhece a paternidade, ele lhe cobrou um teste de DNA, desconfiado de seu pedido. A entrevistada me conta que, quando foi comprovada a paternidade, sua filha e o pai dela passaram a se encontrar, inicialmente sempre na presença dela, por meio de visitas assistidas. Contudo, segundo a participante, os encontros aconteciam sempre em restaurantes caros e outros lugares nos quais Susana não tinha condições de arcar financeiramente, escolhidos sempre pelo pai de sua filha, o que fazia com que ela ficasse excluída e, por vezes, fosse tratada pelo entorno como se fosse a babá de sua própria filha, e não como a mãe. Pude notar que de fato Susana sentia-se num campo de exclusão quando, mediante a apresentação da narrativa interativa, ela a completou dizendo que ficaria desconfiada se a filha lhe dissesse que não quer ir à escola. Ela diz que iria tentar investigar o que estaria ocorrendo na escola, porque se a filha não quisesse entrar em aula é porque “alguma coisa tem”. Susana me conta que de fato a filha estava se apresentando mais arredia e agitada, não apenas na escola, mas também para com ela, desde que havia passado a conviver com mais frequência com o pai. Susana afirma que a filha estava mostrando-se muito “possessiva” e “abusiva” com ela, em suas próprias palavras, explicando que a filha já lhe proferiu diversas vezes frases como: “você não vai namorar com ninguém porque, assim, não terá outros filhos e não se esquecerá de mim”. A participante me diz que, além disso, a filha chamava a sua atenção se ela estivesse usando roupas mais decotadas e não admitia que brincasse com outras crianças e até mesmo com as suas bonecas. Nesse momento, Susana descreve que a filha a “sufoca” e é “muito colada” nela, falando da maternagem como algo que a pressionava, por vezes.

Selecionamos esse material porque, a partir dele, vemos que não são apenas as mães de filhos homens adolescentes, como Taya, que fazem uma indiferenciação entre os ex-cônjuges agressores e os filhos fruto dessa relação violenta. É verdade que questões de gênero e de idade podem favorecer a confusão identitária entre pai e filho, principalmente se levarmos em conta que a adolescência tende a corresponder a uma fase do desenvolvimento humano caracterizada, em geral, por comportamentos transgressores e maior desobediência filial. Susana, contudo, mãe de uma menina sete anos, também traz uma indiscriminação entre sua filha e o pai dela, usando inclusive o termo “abusivo” para referir-se à filha, termo esse que comumente é mais adotado para descrever relacionamentos amorosos abusivos.

Aqui seria possível inclusive nos questionarmos se a filha de Susana seria de fato uma criança abusiva ou se, na verdade, seria Susana que estaria fazendo uma leitura, desde a lente da violência, de um comportamento da filha, que seria típico em algumas crianças? Sabemos que é natural uma criança querer a mãe só para si, não sendo incomum ela apresentar angústia de separação⁴ (Freud, 1926/1996), na relação materno-filial. Nesse sentido, haveria a possibilidade de Susana estar confundindo as atitudes da filha com as de um homem adulto e violento, adultizando os comportamentos da criança e talvez inclusive patologizando-os?

Uma vez que o *spillover* faz-se presente, independentemente do gênero e da idade do filho fruto da relação conjugal, vemos que a mulher vítima de violência conjugal comunica o quão desafiador é exercer a maternagem do fruto da relação conjugal violenta, com o filho sendo vivido como uma so(m)bra do seu agressor, de quem não é possível simplesmente se separar. Aqui seria inclusive possível nos indagarmos se a sensação de que os filhos impedem novos relacionamentos, conforme trazido espontaneamente por Taya e Susana, despertando

⁴ Em “Inibição, sintoma e ansiedade” de 1926, Freud reformula sua teoria e atribui a origem da angústia às fantasias de temor à separação e à perda do objeto, dando origem a uma concepção verdadeiramente psicológica. Refere que a angústia é um estado de insuficiência psíquica do ego frente a um perigo que o ameaça e, assim, desperta o desamparo biológico e psíquico sentido pelo bebê na ausência da mãe, a qual ama e deseja. Essa angústia volta a aparecer em diferentes estágios da vida, de acordo com os acontecimentos externos e os recursos internos de cada um (Freud, 1926/1996).

nelas uma sensação de uma casa-prisão ou de um filho-cola, respectivamente, não revelariam justamente um mal-estar pela impossibilidade de se descolar desses filhos tão indiscriminados de seus pais agressores. Afinal, diferentemente do que ocorre no campo da conjugalidade, em que é possível recorrer à dissolução conjugal, no campo da parentalidade, inexistiria a “dissolução parental”, em especial para as mulheres-mães, que são aquelas que em geral acabam se tornando as principais responsáveis pelo exercício da parentalidade após a dissolução conjugal.

IIIc. Campo 3: “Amor é só de mãe”

Este campo refere-se à movimentação das participantes em encontrar rede de apoio para conseguirem exercer a maternagem de seus filhos, após a dissolução da conjugalidade violenta. Assim, se, nos campos anteriores, observamos que as entrevistadas recorriam a estratégias psíquicas variadas para lidar com os filhos frutos da relação conjugal violenta, no presente campo, notamos por parte delas a busca de recursos externos para sustentar a relação materno-filial. Chamou a atenção que, para quase todas as participantes, essa rede de apoio acabou sendo constituída pela sua família de origem, tanto que a maioria delas residia com a própria mãe ou a tinha como principal referência de cuidado. Essa questão fica clara no trecho da narrativa transferencial referente à entrevista com Hermelinda:

Hermelinda me conta que morava com o ex-marido e com a filha deles em Brasília. E que, das duas vezes em que havia se separado, havia vindo para Uberlândia, junto com a filha, para residir na casa de seus próprios pais. Assim, na ocasião da entrevista, a participante estava morando com seus pais e com a sua filha. Como ela tem trabalhado em dois turnos como enfermeira, me conta que passa pouco tempo em casa e com a filha, conseqüentemente, de forma que os cuidados da criança são sobretudo realizados pelos avós. Apesar de entender que ela e a filha só se viam à noite e que seus pais era quem se ocupavam de levar e buscar a criança na escola, quando apresentei a narrativa interativa para Hermelinda, ela criou um

desfecho para a história dizendo que abraçaria o filho “fortemente” diante da situação exposta, dizendo que “mamãe” estaria sempre com ele e que, por isso, não era preciso chorar ou ter medo. Ela também diz que pediria ao filho para se acalmar e falaria a ele que era preciso ir para a “escolinha” naquele momento, mas que, ao final do dia, “mamãe” estaria esperando por ele, para que eles pudessem brincar juntos com seu “brinquedinho” favorito. Me chamou a atenção que, em sua resposta, a participante empregou muitas palavras no diminutivo, além de ter começado a entrevista falando de seus pais no plural, mas, ao longo do encontro, ter passado a destacar mais a sua própria mãe em sua fala. Um momento que ilustra isso foi quando lhe perguntei, num geral, qual era a percepção das outras pessoas em sua volta com relação à sua filha, ao que ela respondeu focalizando o seu discurso espontaneamente na avó materna, sua mãe, dizendo, por exemplo, que com essa avó a criança é “madura e introvertida” e “uma mocinha”, mas que com ela é “birrenta, manhosa e imatura”. Somado a isso, ao me contar um episódio recente em que o ex-marido foi buscar a filha à força, Hermelinda referiu-se à casa de seus pais como sendo a casa de sua mãe, embora tenha discorrido que tanto o seu pai quanto a sua mãe estivessem presentes nessa cena e tenham inclusive evitado que a criança fosse levada embora pelo pai sem o seu consentimento.

Vemos, a partir desse material, que a participante busca em seus pais uma rede de apoio, após a dissolução conjugal, colocando-se, tal como Lucas (que na narrativa interativa ocupa o lugar de uma criança que sempre terá a mãe ao seu lado), numa posição filial que demanda cuidado parental. É possível inclusive pensarmos que o uso de palavras no diminutivo como, por exemplo, “mamãe”, “escolinha” e “brinquedinho”, no desfecho inventado por ela para a narrativa interativa, revele o quanto Hermelinda pudesse ter se sentido diminuída e sem autoridade após vivenciar as violências e o divórcio, demandando a presença dos próprios pais para cumprir essa função substitutiva de carinho e cuidado.

Podemos pensar, num primeiro momento, que o que ocorre com Hermelinda não seria exclusivo das mulheres-mães vítimas de violência conjugal, sendo comum casos de famílias monoparentais femininas, nas quais não é possível contar com a alternância de cuidados, como é de se esperar nas famílias biparentais intactas, o recurso de buscar rede de apoio em relação à própria família de origem. Como afirma Cassettari (2019), temos observado com frequência cada vez maior a família trigeracional, composta por três gerações coabitando juntas, depois de rupturas na conjugalidade, fazendo-se necessária uma maior participação da família extensa junto ao núcleo familiar. Num segundo momento, entendemos que, diferentemente das mulheres-mães divorciadas em geral, aquelas que se encontram em situação de dissolução de uma conjugalidade violenta, envoltas em medidas de afastamento e em disputas de guarda na Vara da Família, estariam num campo mais desafiador, já que, de saída, as trocas entre elas e os pais de seus filhos estariam prejudicadas, demandando inclusive, como ocorreu no caso de Hermelinda, que outras pessoas se ocupem de entregar e de buscar a criança nos momentos de visitas. Desde essa perspectiva, poderíamos nos indagar: as mulheres-mães vítimas de violência conjugal demandariam mais *holding*?

Winnicott (1964/1999) desenvolveu o conceito de *holding* para se referir à importância de o bebê contar com um ambiente emocionalmente sustentador, que se revelasse seguro, confiável e estável. Embora Winnicott (1964/1999) tenha discorrido sobre o *holding* como algo que a mãe ofertaria ao bebê, entendia que ela também necessitava sentir-se emocionalmente amparada pelo ambiente, para conseguir constituir-se enquanto ambiente suficientemente bom para o bebê, o que lhe exigiria muita disponibilidade física, emocional e psíquica. Em "Os bebês e suas mães", especialmente no capítulo intitulado "Contribuições da Psicanálise à Obstetrícia", Winnicott (1964/1999) destaca a importância de a equipe hospitalar ofertar o *holding* às mulheres-mães, entendendo que a qualidade do cuidado a elas dedicada incidia diretamente sobre a qualidade da maternagem que elas poderiam oferecer aos seus bebês.

Embora Winnicott tenha discorrido sobre a importância do *holding* à mulher-mãe independentemente de sua situação conjugal e tenha localizado que caberia a todas as esferas sociais se ocuparem de sustentá-la emocionalmente, observamos, desde o campo “Amor é só de mãe”, que, em nossa sociedade maternocentrada, predomina uma postura pouco cuidadosa para com as mulheres-mães e, quando isso ocorre, em geral o *holding* que a elas é ofertado advém de suas próprias mães. Notamos, no entanto, algumas situações peculiares em que nossas participantes não conseguiam contar com esse suporte materno, como foi o caso de Dora, cujo trecho de narrativa apresentamos a seguir:

Logo no início da entrevista, noto que Dora é estrangeira, devido ao sotaque que ela apresentava, embora falasse fluentemente em português. Talvez devido ao fato dela ser imigrante e não possuir família de origem no Brasil, ela tenha se mostrado tão insegura ao longo de nossa conversa, emitindo frases como “não sei se agi certo nessa situação, mas espero que a psicóloga me ajude com isso”. Por exemplo, em um momento da entrevista, Dora me conta sobre um desenho que a filha fizera dela e que, logo em seguida, ela havia rabiscado o desenho de seu rosto, fazendo com que Dora ficasse sem entender o que isso poderia significar, embora ela mesma tivesse ficado chateada com isso. Ela também menciona sobre um outro desenho feito pela filha, em que ela retratara a si mesma, a mãe, o pai e a avó paterna (responsável por buscá-la e trazê-la nas visitas junto ao pai, em função da medida protetiva de Dora em relação ao ex-cônjuge). Segundo Dora, ao ver esse desenho, ela teria dito para a criança separar bem as duas famílias na folha, afirmando “essa é uma e aquela é outra”, indagando-se também se havia agido corretamente. Dora me conta que, assim como o pai de sua filha contava com a própria mãe para auxiliá-lo a se encontrar com a menina, ela também contava com o suporte de uma assistente social, que a ajudava bastante em seu dia a dia, a ponto de inclusive ela considerá-la como uma “mãe postiça”, já que a sua família de origem se encontrava em outro país. Havia sido essa mãe postiça quem lhe havia dito sobre a

instituição dedicada a famílias em situação de violência; ela também estava, naquele momento da entrevista, organizando um encontro entre o pai e a criança, em sua casa, por iniciativa própria, entendendo que se fazia importante assegurar o convívio paterno-filial. Por fim, antes de encerrarmos o encontro, quando lhe apresentei a narrativa interativa, Dora inventou como desfecho que incentivaria a criança a ir à aula, explicando-lhe que "a escola não é um lugar ruim". Além disso, de forma espontânea, Dora compartilhou uma informação adicional, ressaltando que sua filha difere do personagem Lucas, uma vez que nunca foi uma criança que demonstrasse comportamento de jogar objetos no chão e de recusar-se a frequentar a escola. Ela acrescentou que a única ocasião em que sua filha manifestou tal resistência ocorreu quando a criança alegou estar indisposta. Diante dessa situação, Dora mencionou que orientou sua filha a consultar um médico. Contudo, após a ameaça de uma visita médica, a filha prontamente negou sua condição, afirmando que, na verdade, estava se sentindo bem.

Vemos, a partir do material de Dora, que ela discorre bastante sobre a importância dos profissionais, seja mencionando a assistente social que ela via como uma “mãe postiça”, seja completando a narrativa interativa mencionando a sua confiança na instituição escolar - "a escola não é um lugar ruim" -, bem como a sua estratégia de recorrer a um médico mediante a recusa de sua filha em ir para a escola. Ainda, observamos o quanto, ao longo da entrevista, a importância do profissional em sua maternagem se fez presente, uma vez que ela trouxe várias dúvidas a respeito de seu dia a dia enquanto mãe, questionando se havia agido corretamente e manifestando claramente o desejo de ser orientada por alguém da Psicologia.

É possível que os profissionais tenham ocupado um papel de destaque na narrativa de Dora justamente devido ao fato dela ser uma mãe estrangeira e não poder contar com o *holding* de sua própria mãe, localizada em seu país de origem. Trata-se de algo que vem sendo debatido na literatura especializada, que tanto pontua sobre a necessidade de a mãe estrangeira adaptar-se à nova realidade imposta pelo país estrangeiro e, simultaneamente, desempenhar a complexa

função de maternar (Coutinho & Parreira, 2011). Nesse sentido, entendemos que ser mãe e imigrante pode vir a constituir-se enquanto uma experiência traumática, devido aos microtraumas advindos das experiências culturais diversas, que despertam cotidianamente a sensação de estranheza, acentuando a sensação de desamparo que já atravessa as mulheres no exercício da maternagem, mesmo dentre aquelas que não são imigrantes. Esse desafio a mais ficou inclusive evidente ao longo da própria entrevista, marcada pela dificuldade da entrevistadora em acompanhar algumas palavras da participante, devido ao seu sotaque, ou, ainda, pela dificuldade da entrevistada em entender a entrevistadora, pedindo para que algumas perguntas fossem repetidas de modo mais devagar.

Assim, observamos, a partir do campo “Amor é só de mãe”, que todas as participantes experienciavam conflitos na maternagem dos filhos frutos de uma relação conjugal violenta, demandando *holding* até mesmo para conseguir viabilizar o convívio de seus filhos com os ex-cônjuges, em relação aos quais elas tinham medidas de afastamento, conforme relatado por Hermelinda e por Dora. Tratam-se, pois, de mulheres-mães que, diferentemente daquelas que não se encontram em situação de dissolução de uma conjugalidade violenta, precisam de suporte para conjugar o afastamento em relação ao seu ex-cônjuge agressor e a aproximação da criança para com o seu pai.

Contudo, embora todas as participantes estivessem na mesma condição de “mulheres maternando filhos frutos de relação conjugal violenta”, notamos que algumas delas, em função de especificidades, tais como a condição de imigrante, experienciavam uma condição maior de desamparo social e psíquico, já que não tinham como recorrer ao *holding* de suas próprias mães que, em nossa cultura maternocentrada, acaba sendo aquela que se ocupa de auxiliar na maternagem de sua filha. Nas situações em que a mulher não tem em absoluto a possibilidade de contar com o *holding* da própria mãe, além de buscar a maternagem em profissionais e

instituições, notamos uma outra estratégia, que nos foi apresentada por Taya, cujo trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista encontra-se a seguir:

Ao longo de nossa entrevista, Taya me conta que conta que, em uma das vezes em que havia se separado do pai de seus dois filhos mais novos, com quem tinha uma relação violenta, foi residir na casa de sua mãe, avó materna dos meninos. A participante me conta que foi um período difícil, pois, ao contrário do que ela esperava, sua mãe não cuidava direito das crianças, enquanto ela estava trabalhando. Taya cita um episódio ocorrido em um dia em que sua mãe saiu para se divertir em um bar da cidade e trancou as portas de todos os armários da cozinha, bem como do próprio quarto, temendo que as crianças mexessem em suas coisas, deixando em cima da mesa da cozinha apenas as comidas de sua casa que ela entendia que eles pudessem comer, “como se eles fossem cachorros e ela estivesse deixando a ração”, nas palavras da própria entrevistada. À medida em que a entrevista foi transcorrendo, entendi que Taya e seus dois filhos mais novos já não mais residiam com a sua mãe e que quem realmente a havia auxiliado na maternagem das crianças havia sido a sua primogênita, já adulta, a quem o seu filho do meio chamava inclusive de “mãe” e mostrava mais consideração do que para com ela mesma.

Embora Taya não seja uma mãe imigrante, assim como Dora, vemos que, em função de sua relação conflituosa com a própria mãe, não foi possível que ela contasse com o *holding* de sua própria mãe, assim como o fazia Hermelinda. Foi necessário que recorresse a sua filha mais velha, que passou a exercer um cuidado parental dos irmãos mais novos, sendo inclusive chamada de “mãe” por um deles. Em outras palavras, vemos que Taya precisou recorrer à parentalização de um dos filhos, fenômeno a partir do qual um dos filhos desempenha funções parentais, supostamente cabíveis aos adultos, gerando um contexto familiar invertido. Trata-se de uma inversão geralmente observada em tramas familiares nas quais os pais encontram-se

bastante fragilizados e instáveis (Mello, Féres-Carneiro, Machado & Magalhães, 2020), como observamos de fato no caso de Hermelinda.

A partir do campo “Amor é só de mãe”, seria possível pensarmos que, quando as mulheres-mães têm o privilégio de contar com o *holding* materno, como no caso de Hermelinda, a maternagem da criança fruto da relação conjugal violenta ficaria menos prejudicada, se comparadas àquelas que também se encontram numa posição filial de desamparo, sentindo-se constantemente inseguras em relação à maternagem ou precisando delegar concretamente a maternagem do filho a uma outra figura, como ocorria respectivamente com Dora e Taya. Consideramos, entretanto, problemático encerrarmos esse campo “Amor é só de mãe” sustentando o discurso maternalista de que, para que a mulher-mãe possa exercer uma maternagem suficientemente boa, faz-se necessário que ela conte com o *holding* de sua própria mãe, desconsiderando questões sociais mais amplas para além do ambiente familiar imediato. Em uma visão macroscópica, não limitada ao reduto familiar, entendemos que se faz imprescindível olhar para essas mulheres-mães em relação aos vários desamparos vividos por elas, levando em conta, por exemplo, a questão racial de Susana, a questão imigratória de Dora, bem como outras que foram narradas pelas demais participantes. Trata-se de pauta que justamente o feminismo interseccional tem clamado, ao apontar a importância de uma compreensão entrelaçada entre as opressões de gênero, classe e raça, superando a visão simplista da opressão de gênero a partir de um ponto de vista único (Rodrigues & Freitas, 2021).

IV. Conclusão

A partir do material analisado, composto pelas narrativas transferenciais e os desfechos inventados às narrativas interativas, foi possível identificar três campos, que desvelaram uma experiência emocional atravessada por cisão, discriminação e solidão. A partir desse material, levando em consideração o pedido da OSC em que a pesquisa foi desenvolvida, elaboramos um

instrumento de triagem psicológica, que se encontra em anexo (Anexo 1), como uma possibilidade de material a auxiliar o profissional na primeira entrevista psicológica com mulheres-mães vítimas de violência conjugal, que estão solicitando o acompanhamento psicológico de seus filhos na instituição. Assim, para além da produção do conhecimento científico a partir desse estudo, desenvolvemos esse instrumento, levando em conta os seguintes materiais: 1) o instrumento de triagem da OSC usado no atendimento inicial das mulheres vítimas de violência conjugal; 2) as perguntas que foram realizadas nas entrevistas psicanalíticas junto às participantes desse estudo, pensando em conhecer mais sobre a dinâmica familiar e sobre a criança/ o adolescente cujo nome estava na lista de espera para acompanhamento psicológico; e 3) os três campos identificados no presente estudo.

Ao propormos esse instrumento não estamos, evidentemente, entendendo que ele deva ser usado de modo protocolar e insensível, até porque notamos, a partir do estudo, que as mulheres-mães que buscam o auxílio na OSC encontram-se bastante fragilizadas e demandando uma escuta a mais continente possível. Entendemos inclusive que talvez tenhamos contado com tão poucas participantes, o que pode ser considerada uma limitação desse estudo, devido a essa vulnerabilidade psíquica em que essas mulheres-mães se encontravam. Vale destacarmos que várias outras mulheres foram convidadas a participar desse estudo, sendo que muitas delas, apesar de concordarem em participar da pesquisa, não chegaram a comparecer nos encontros agendados. Outras, que chegaram a comparecer nas entrevistas, estavam tão debilitadas que não tinham condições emocionais de dar continuidade às entrevistas. Observamos, assim, a partir das entrevistas realizadas e as não realizadas, que estávamos diante de um coletivo psiquicamente abalado, precisando, no entanto, dar conta de sobreviver psiquicamente e de exercer a complexa tarefa de sustentar emocionalmente os próprios filhos.

Nesse sentido, entendemos que essa constatação seria a maior contribuição de nosso estudo, mais do que a elaboração do instrumento de triagem propriamente dito, tão desejado

pela OSC. Isso porque, embora observemos em nossa prática clínica, que, em geral, os profissionais da área de saúde sustentem uma postura cuidadosa em relação à mulher vítima de violência conjugal, quando ela é abordada desde o lugar de mulher-mãe, com dificuldades de exercer a maternagem após a dissolução conjugal violenta, essa postura mais compreensiva para com ela se dilui. Em outras palavras, notamos que, quando o que está em pauta é apenas o par conjugal homem agressor e mulher vítima, é mais fácil os profissionais sustentarem o *holding* para com essa mulher do que quando se olha para o sistema familiar em sua integralidade, considerando o (in)capacidade dessa mulher de maternar os filhos suficientemente bem. Isso se dá, ao nosso ver, devido ao fato de que, quando essa mulher é vista como uma mulher-mãe, é comumente cobrada dela uma postura protetiva, inclusive devido à legislação que respalda as crianças e adolescentes no nosso país. Evidentemente, não estamos nos opondo às medidas protetivas dedicadas à infância e à adolescência, que seguramente equivalem a um avanço rumo à criação de uma sociedade mais justa e ética. Porém, compreendemos, a partir desse estudo, que a maternagem dessas mulheres-mães encontra-se comprometida, demandando um olhar sensível e atento para esse grupo, não apenas na condição de mulheres ou na de mães, mas, sim, na de mulheres-mães. Nesse sentido, encerramos propondo um instrumento de triagem para a instituição, que se constituiu como campo dessa pesquisa, sobretudo como forma de ofertar-lhes um *holding* para que os profissionais que dela fazem parte sigam sendo capazes de fazer o mesmo com o grupo de mulheres-mães que a eles se dirigem, tão desamparadamente.

V. Referências

Aiello-Vaisberg, T. (2009). Haine et compassion dans et face à violence domestique. In: Julia Kristeva. (Org.), *Guerre et paix des sexes* (pp. 275-279). Paris: Hachette.

- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). Narrativas: O Gesto do Sonhador Brincante. Recuperado em 28 dez. 2022, de <http://serefazer.psc.br/wpcontent/uploads/2013/09/aiello-vaisberg-e-machado-IV-ENC-LAT-DOS-ESTADOSGERAIS-DA-PSICAN%C3%81LISE-2005.pdf>.
- Baluta, M. C., & Moreira, D. (2019). A injunção social da maternagem e a violência. *Revista Estudos Feministas*, 27(2). Recuperado em 2 dez. 2022, de <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248990>.
- Brito, L. M. T. (2002). Impasses na condição da guarda e da visitação – O palco da discórdia. Em: Pereira, R. C. (coord.). *Família e cidadania – o novo CCB e a vacatio legis*. Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 433-447.
- Cassettari, B. L. M. (2019). A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Instituto Brasileiro de Direito de Família*. Recuperado de <https://ibdfam.org.br/>.
- Coelho, D. M., & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. *Analytica: Revista De Psicanálise*, 1(1), 90–105. Recuperado de <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/235>
- Corbett, E. (2014). Contos sem fadas: mães e filhos em situação de violência doméstica. Campinas: PUC-Campinas, 137.
- Costa, D. (2013). *Exposição da criança à violência interparental: perturbações de stress pós-traumático*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Coutinho, E., & Parreira, M. V. (2011). Outra Forma de Olhar a Mãe Imigrante numa Situação de Transição. *Millenium*, 83-97.

- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. Em: *Sigmund, F. Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (pp. 79-171). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1926).
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia Em Estudo*, 16(1), 149-155. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000100018>
- Herrmann, L. (2006). A episteme da psicanálise: Uma contribuição da teoria dos campos. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 81-96. Recuperado em 22 nov 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Howell, K. H., Barnes, S. E., Miller, L. E., & Graham-Bermann, S. A. (2016). Developmental Variations in the Impact of Intimate Partner Violence Exposure During Childhood. *Journal of Injury and Violence Research*, 8(1), 43-57. <https://doi.org/10.5249%2Fjivr.v8i1.663>
- Justino, Y. A. C., Cotonhoto, L. A., & Nascimento, C. R. R. (2017). A perspectiva de mães a respeito das relações parentais diante de um contexto de violência doméstica contra mulher. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(3), 1-20. Recuperado em 03 dez. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000300004&lng=pt&tlng=pt.
- Klein, M. (1997). *A Psicanálise de Crianças*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1932).
- Krebs, L. D. C. (2015). *O impacto da violência doméstica na relação mãe-filho (s): reflexões sobre uma experiência e as possíveis intervenções terapêuticas*. Trabalho de conclusão de curso de especialização, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- Mello, R., Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., & Machado, A. S. (2020). Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta. *Psicologia USP*, 31. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190126>.
- Mendonça, M. C. (2021). Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. *Revista Ártemis*, 31(1), 56-72. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296>.
- Oliveira, D. S. (2003). Mulheres expulsivas. In *III Encontro de Psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Divisão de Psicologia da 1a. Vara da Infância e da Juventude da Capital (org.) - Rio de Janeiro: DIAG - Divisão de Artes Gráficas do TJERJ, 13-17.
- Organização Mundial da Saúde. (2013). *Global and regional estimates of violence against women. Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Genova. Recuperado em: 02 dez. 2022, de <https://apps.who.int/iris/handle/10665/85239>.
- Patias, N. D., Bossi, T. J., & Dell'Aglío, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(4), 901-915. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-17>.
- Próchno, C. C. S. C., Paravidini, J. L. L., & Cunha, C. M. (2016). Marcas da Alienação Parental na Sociedade Contemporânea: Um Desencontro com a Ética Parental. *Revista Subjetividades*, 11(4), 1461-1490. Recuperado de <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/5027>
- Purugganan O. H., Stein R. E., Silver E. J., & Benenson B.S. (2003) Exposure to violence and psychosocial adjustment among urban school-aged children. *J. Dev. Behav. Pediatr.*, 24(6), 424-30. <https://doi.org/10.1097/00004703-200312000-00004>

- Reis, D. M., Prata, L. C. G., & Parra, C. R. (2018). O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia, PT, O portal dos psicólogos*, 1-20. Recuperado em 04 nov. 2022, de https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?o-impacto-da-violencia-intrafamiliar-no-desenvolvimento-psiquico-infantil&codigo=A1253&area=d11a.
- Rodrigues, C., & Freitas, V. G. (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (34). <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Silva, A. F. da., Estrela, F. M., Magalhães, J. R. F. de., Gomes, N. P., Pereira, Á., Carneiro, J. B., Cruz, M. A. da, & Costa, D. M. de S. G. da. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(6), 2123–2131. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.18412021>.
- Simão, R. B. C. (2008). Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental. In *Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*, 14. Porto Alegre, RS: Equilíbrio.
- Sousa, A. M., & Samis, E. M. (2008). Conflitos, diálogos e acordos em um Serviço de Psicologia Jurídica. Em: Brito, L. M. T. (org.). *Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica* (pp. 113-136). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Therense, M., Oliveira, C. F. B., Neves, A. L. M., & Levi, M. C. H. (2017). *Psicologia Jurídica e Direito de Família: para além da perícia psicológica*. Manaus: UEA Edições.
- Trachtenberg, A. R. C. (2017). Transgeracionalidade: sobre silêncios, criptas, fantasmas e outros destinos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 77-89. Recuperado em 27 ago.

2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000200006&lng=pt&tlng=pt.

Winnicott, D. W. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. 3ª. edição. São Paulo:

Martins Fontes, (Psicologia e Pedagogia). (Originalmente publicado em 1958).

Winnicott, D. W. (1999). A Contribuição da Psicanálise à Obstetrícia. In Winnicott, D. W. *Os*

bebês e suas mães (pp. 61-72). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1964).

Winnicott, D. W. (1999). O recém-nascido e sua mãe. In Winnicott, D. W. *Os bebês e suas*

mães (pp. 29-42). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1964).

Youngstrom E., Weist M.D., & Albus K. E. (2003). Exploring violence exposure, stress,

protective factors and behavioral problems among innercity youth. *Am. J. Community*

Psychol, 32(1-2), 115-29. <https://doi.org/10.1023/a:1025607226122>

VI. Anexo 1

**Entrevista de triagem psicológica
(a ser realizada junto às mulheres-mães cujos filhos encontram-se na lista de espera
para acompanhamento psicológico)**

Nome da criança/do adolescente: _____

Data de nascimento: _____

Nome dos genitores: _____

Data de aplicação do questionário: _____

Nome do profissional que realizou a triagem: _____

1. Dados específicos sobre a demanda:

a) Conte que tipos de violência e o grau de exposição à violência que você compreende que seu(sua) filho(a) já vivenciou:

b) Conte por que você acha que seu(sua) filho(a) seria beneficiado(a) por acompanhamento psicológico numa instituição dedicada à violência intrafamiliar:

c) Em relação à criança/o adolescente para quem está pedindo atendimento na OSC S.O.S Mulheres, selecione os sintomas e comportamentos apresentados:

- ☐ Insônia ☐ Sono excessivo ☐ Temores noturnos
- ☐ Falta de apetite ☐ Excesso de apetite
- ☐ Irritabilidade ☐ Apatia
- ☐ Alterações frequentes de humor
- ☐ Comportamento agressivo
- ☐ Comportamento delinquente
- ☐ Comportamento autolesivo
- ☐ Tentativa de suicídio ☐ Ideação suicida
- ☐ Comportamento delirante
- ☐ Comportamento que o(a) coloca ou coloca outras pessoas em risco
- ☐ Dificuldades na escola

() Dificuldades na socialização com outras pessoas

Mais algum que você gostaria de adicionar?

() Não

() Sim: _____

d) A criança/o adolescente já passou por acompanhamento psicoterápico? Se sim, conte brevemente como foi esse processo:

() Não

() Sim:

e) A criança/o adolescente já passou por acompanhamento psiquiátrico? Se sim, conte brevemente como foi esse processo:

() Não

() Sim:

f) A criança/o adolescente faz uso de alguma medicação? Se sim, qual(is)?

() Não

() Sim: _____

g) O horário de funcionamento da OSC S.O.S Mulheres (de segunda à sexta, das 8h às 17h) é adequado para que você ou outro responsável traga seu(sua) filho(a) para ser atendido(a) presencialmente na instituição?

() Sim

() Não. A disponibilidade de horário possível seria: _____

2. Dados sobre a história e o contexto familiar:

a) Conte sobre a história gestacional de seu(sua) filho(a) para quem está pedindo acompanhamento psicológico na OSC S.O.S Mulheres:

Você possui outro(s) filho(s)? Se sim, são quantos e quais as idades?

() Não

() Sim: _____

b) Caso tenha mais de um filho, como você descreveria a relação entre os irmãos?

c) Como você descreveria a sua relação com o(a) seu(sua) filho(a) para quem está solicitando acompanhamento psicológico na OSC S.O.S Mulheres? E com os demais, caso tenha outros filhos?

d) Como você descreveria a sua relação com seu cônjuge/ex-cônjuge?

e) Como você avalia que é a relação de seu cônjuge/ex-cônjuge com seu(sua) filho(a) para quem está solicitando acompanhamento psicológico na OSC S.O.S Mulheres? E com os demais, caso tenham outros filhos?

f) Conte quem são as pessoas que residem atualmente com a criança/o adolescente para quem está solicitando o acompanhamento psicológico na OSC S.O.S Mulheres:

g) Descreva brevemente como é a rotina de vocês:

h) Existe a participação de mais alguém nessa dinâmica familiar? Se sim, quem? Explique a relação com a sua história:

() Não

() Sim:

3. Observações adicionais do entrevistador (a serem anotadas após a triagem):

a) Impressões contratransferenciais do entrevistador quanto à capacidade da mulher-mãe de discorrer alternadamente sobre o ex-cônjuge agressor e o/ filho(a):

b) Impressões contratransferenciais do entrevistador quanto à capacidade da mulher-mãe de discorrer (in)discriminadamente sobre o ex-cônjuge agressor e o/a filho(a):

c) Impressões contratransferenciais do entrevistador quanto à rede de apoio apresentada pela mulher-mãe:
